

SIGNIFICADO E FUNDAMENTOS DOS VALORES:  
PARA UMA FENOMENOLOGIA

*THE MEANING AND VALUES' FOUNDATIONS:  
ACCORDING TO A PHAENOMENOLOGY*

RAMIRO DÉLIO BORGES DE MENESES

*Universidade Católica Portuguesa. Centro Regional de Braga*

borges272@gmail.com

**Resumo**

Surge o “valor” como elemento fundamental da vivência ética, que expandiu a ideia de Pascal como *ordo cordis*, através de uma construção hierárquica de valores. Os valores poderão surgir como qualidades objectivas que se prendem com os sentidos e afectividades, havendo uma função cognitiva e determinante na elaboração de teorias a priori, havendo a formação individual e colectiva dos valores, que tem o seu centro no coração. Aqui são apresentadas leituras sobre filosofia.

**Palavras-chave:** Valor, bem, significado, fundamentos e resposta axiológica.

**Abstract**

Of paramount importance was his work on ethics, which expands Pascal's idea of an – *ordo cordis* – by the construction of a hierarchical system of values. He taught that values as objective qualities are disclosed in feelings, which have a cognitive function and, thus, aid in the fabrication of a priori theories in all realms of being. But the recognition of the realms of universal values, a sector of which forms the ethos of a given age, has to be supplemented by that of the order of the time with its individual values, and claims.

**KeyWords:** Value, Good, meaning, foundations, and axiologic answer.

1. Introdução.

Naturalmente, Kierkegaard e Nietzsche destronam o primado do conhecimento e da *Vernunft*, despertando a burguesia da inactividade. O desenvolvimento da vida exige actividade e esta requer como seu “digno” incentivo o *Wert* (valor),

palavra introduzida por Kant.<sup>1</sup> Segundo a Psicologia e em linguagem vulgar, o “valor” significa o resultado de uma avaliação (*Geltung*). Porém, na linguagem filosófica, *Wert* refere-se, fenomenologicamente, como princípio da avaliação.

Em sentido ontológico, não parece haver uma tal relatividade, dado que o valor intrínseco da coisa mantém-se inalterável. Apesar do mesmo objecto ser avaliado de modo diferente, nem por isso, deixa de ser aquilo que é, e a coisa em si, vale porque é, daqui que a sua hierarquia axiológica corresponder ao seu grau na escala dos seres.

Assim, seguiremos as ideias gerais da “filosofia dos valores”, que se poderão apontar nos pontos seguintes: que características possuem os valores, considerados em si mesmos; como se apreendem os valores e como se fundamentam. Serão estas as questões axiológicas que consideramos ao longo deste estudo.

Os valores são, no aspecto formal, positivos e negativos, pessoais e reais (de coisas), autónomos e dependentes. Pelo aspecto material, são sensíveis (hedónicos, vitais e utilitários) e espirituais (lógicos, éticos, estéticos e religiosos). Do mesmo modo, em M. Scheler, os critérios para a “hierarquização dos valores” são a maior duração, a menor divisibilidade, o facto de servirem de fundamento a outros pela maior proximidade da sensibilidade espiritual. Os mais altos de todos são os religiosos, os do *heilig* (santo). Para Kant, a revolução crítica estabelece o privilégio ontológico da razão prática. O valor, na perspectiva do deontologismo kantiano, é deslocado do “cosmos” para o domínio da consciência moral – *Bewusstsein* –, porque a – *Guter Wille* – pode, sem restrições, ser julgada boa e ser o fundamento da obrigação moral (*Verbindlichkeit*). Não obstante, a metafísica moral de Kant estabelece que a realidade é dominada pelos valores da consciência moral, acabando por coincidir o *ser* e o *bem*, na orientação de Hessen. O idealismo transcendental kantiano acentua a tendência para considerar o valor como um princípio supremo da vida prática.

Lotze é considerado, *in stricto sensu*, o fundador da “filosofia dos valores” por ter introduzido o conceito de “valor”. Na sua obra *Mikrokosmos*, distingue entre conexões causais, de sentido e de fim, e estuda a relação do homem para estes três círculos, considerando a relação do homem a Deus, como uma “ética”, tal como em Kant. Assim, distingue rigorosamente o ser das coisas do valor. Todavia, tal como Kant, está convencido de que ser e valor acabam por ter uma raiz

<sup>1</sup> Cf. Kant, I.( 1911), pp. 72-79.

comum. Objectivamente, o Valor é aquilo que fundamenta uma avaliação determinante de que um querer certo pela bondade transforma o essente num bem: *bonum*.

Será, na verdade a avaliação da *bonitas*, o problema da ontologia medieval, que está por detrás da filosofia moderna do Valor. Mas, será Lotze que torna autónoma a percepção espiritual do Valor. Na verdade, procura uma demonstração análoga ao argumento ontológico, baseada na consciência do valor (*Valere*), para refutar o panteísmo e provar a existência de Deus.

Diferentemente, da neo-escolástica, Hessen, como estudaremos neste artigo, considerou que Aristóteles confundiu o conceito de ser com a ideia (conceito do “dever ser”), o que esteve na ordem da incorporação do Valor na realidade – *omne ens est bonum* –. Geralmente, a neo-escolástica fundamenta o *bonum* no ser e a *Bona* (valores particulares) nos aspectos diferentes do ser, interpretando, deste modo, a célebre e concisa frase do *De Veritate* de S. Tomás de Aquino: *essentialis bonitas non attenditur secundum considerationem naturae absolutam, sed secundum esse ipsius humanitas enim non habet rationem boni vel bonitatis nisi in quantum esse habet*.

De facto, a hierarquia de valores depende dos seres ou da sua perfeição. Segundo a perspectiva neo-escolástica, Rintdem considera o Valor como um conteúdo de sentido em que o ser realiza um fim (*finis*), porque: *omne ens agit propter finem*. Esta concepção de valor é apoiada numa interpretação da história pelo desenvolvimento da consciência moral, tal como surge em Kant.

Para terminar esta introdução, poderemos terminar com o pensamento de Antero de Quental, para quem os valores do “santo”, caminham à frente de todos os outros, no progresso da Humanidade. Assim, a “axiologia” é uma fenomenologia, porque é uma descrição daquelas coisas que são apetecíveis em ordem ao Bem, como seu fundamento último. Assim, procuramos determinar o significado e o fundamento dos valores, ao longo deste estudo.

## 2. Axiologia: posições e características.

Lotze frisara que os seres são, mas não valem, enquanto que os valores valem, mas não são, não possuindo realidade objectiva e são como “dignidades do ser”. Os valores são imaginários e “valem” independentemente da sua realização. Todos nós consideramos a amizade como um “valor”, dado que esta *ut sic* não existe. Mas, vivemo-la e dignificamo-la. Para prova desta acção temos o

pensamento de M. Scheler, quando diz que ela não sofre quebra, porque um amigo meu me traiu.<sup>2</sup>

Com efeito, Hessen acrescenta: os valores estéticos perdurariam, mesmo que fossem destruídos todos os objectos de arte, através dos quais se tornam visíveis.<sup>3</sup>

Igualmente, Hessen refere que os valores dão sentido e bem à existência do homem, quer em relação ao próprio indivíduo, quer à comunidade e demonstra-o a partir do estudo do sentido da vida e do sentido da cultura.

Segundo Scheler, de acordo com os princípios fenomenológicos, o “valor” (*Wert*) é uma qualidade inerente aos objectos, não uma qualidade real, mas algo de “irreal”, que corresponde ao “estado afectivo” e que acompanha os objectos ou fenómenos apresentados na consciência pura.<sup>4</sup>

Hessen não reduz o valor a um puro fenómeno da consciência pura, admite o mundo irreal de Hartmann, irreduzível ao mundo dos valores. Todavia, segundo Hessen, os valores não são absolutos, mas essencialmente relativos. Não há valores em si, mas só valores para alguém.<sup>5</sup> Com efeito, estes, sem deixarem de ser aquilo que são, na ordem ideal, podem realizar-se, ao incarnar num objecto real, numa obra de arte. Será só através dos valores realizados, que descobrimos o mundo dos valores ideais.

Será pelo culto prestado aos valores espirituais, que o homem se personaliza. Logo, a personalidade será a realização de valores. Procuramos realizar os valores espirituais, colocando-os ao seu serviço e procurando dar-lhes realidade, tanto quanto couber, tão abundante e absolutamente quanto for possível. Os valores chamam por ti, sê tu, por isso, o seu realizador, o portador do seu facho luminoso, por mercê de quem elas hão-de tornar-se realidade.<sup>6</sup>

Apesar de tudo, neste aspecto concordam Hartmann e Scheler, o valor realizado não se identifica com o objecto ou com o ser em que se realiza. Este é apenas o seu portador, podendo variar, permanecendo o mesmo valor, como pode ser também portador de diferentes valores. Consequentemente, o valor

<sup>2</sup> Cf. Scheler, M. (1966), pp. 32-45.

<sup>3</sup> Cf. Hessen, J (1944), p. 57.

<sup>4</sup> Cf. Ortega y Gasset, J. (1943), p.861.

<sup>5</sup> Cf. Hartmann, N. (1948), pp. 62-64.

<sup>6</sup> Cf. Bruges, M. L.P. (2004), pp. 38-40.

artístico pode ter como suporte uma estátua, uma pintura, uma paisagem e a mesma estátua é susceptível de valores estéticos, económicos e religiosos.<sup>7</sup>

Esta radical distinção não impede uma íntima relação entre valor e ser, que se completam mutuamente. Isto porque qualquer ser encerra algum valor e qualquer valor tende a realizar-se num ser. Segundo Hessen, os valores pertencem à ordem ideal do valor intemporal. Contudo, acham-se numa certa relação com a ordem real.<sup>8</sup>

Tal será a opinião dos axiologistas da Escola de Baden (Von Willeband, Rickert, etc.), para quem o valor (*Wert*) se identifica com o pensamento lógico, será valor tudo quanto for pensado como tal, como impressão agradável ou desagradável, vivida pelo sujeito.<sup>9</sup> O valor não apresenta existência objectiva, na perspectiva de Ehrenfels, sendo determinado pelo desejo que se deve unir ao sentimento. Dizemos que as coisas têm valor, porque as desejamos, logo o valor da coisa consiste no desejável.<sup>10</sup>

Não queremos uma coisa porque a conhecemos como boa ou útil, mas conhecemo-la boa ou útil, porque a queremos. Na verdade, se desejo um objecto, então tem valor; se o não desejo, não tem valor. Com efeito, como desejamos o que é útil ou deleitável, segue-se que a sua essência consiste no prazer que originam no sujeito ou na satisfação de uma necessidade. Os valores, pela leitura de Croce, são os sentimentos orgânicos, enquanto acompanham a actividade espiritual.<sup>11</sup>

Estas reflexões, segundo Hessen, mostram bem como o sentido da vida está dependente dos valores. O sentido da vida alcança-se tanto melhor, quanto maior for a capacidade do homem para realizar os valores, para os quais nasceu e aos quais está subordinado.

Hessen afirma que há valores espirituais e não-espirituais. Os espirituais são aqueles que constituem a cultura; os outros, especialmente os utilitários, são o substrato daquilo a que se chama de “civilização”. Todo o acto da cultura consiste na realização de um valor, que pode ser na forma de valor científico, estético ou

<sup>7</sup> Cf. Fragata, J. (1946), p. 23.

<sup>8</sup> Cf. Hessen, J. (1944), p. 312.

<sup>9</sup> Cf. Ribot, C. (s.d.) p. 40-41.

<sup>10</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 42-43.

<sup>11</sup> Cf. Donat (1921), p. 118.

ético. Todo o processo cultural é um processo condicionado e definido por valores.<sup>12</sup>

A sua actuação obedece a um “deve ser” que a cultura assume. Este é o apelo que os valores dirigem ao homem e que ele tem de realizar, se quiser obedecer à lei da sua própria autorealização na perspectiva de Hessen. Sendo o mundo dos valores uma produção do espírito, dependente dos sentimentos excitados no sujeito, segue-se logicamente o relativismo. O valor é relativo como o conhecimento. Mas, o valor ontológico, do mesmo objecto, pode ser diferente para várias pessoas ou ainda para a mesma, noutras circunstâncias.

Uma característica, relacionada com as anteriores, será considerar o valor dotado de graus, ou seja, há várias qualidades de valores. Será preocupação de todos os axiologistas formar uma “escala ascendente”.<sup>13</sup>

As escalas de valores, normalmente, vão subindo dos valores económicos, passando pelos intelectuais, até aos religiosos, que são os mais elevados.

Como escreve Hessen, na ordem do ser, não se dá tal hierarquia: há o mundo inorgânico, o psíquico, o espiritual, etc., mas estes degraus da realidade não correspondem aos graus do ser. Não se pode afirmar que qualquer deles possua mais ser do que o outro. A única alternativa, que, neste caso, se impõe, é ser ou não ser, existir ou não existir, não havendo meio termo.<sup>14</sup>

Para cada degrau das escalas, os valores são aos pares, dado que a um sentimento agradável corresponde um valor positivo, a um sentimento desagradável deve corresponder um valor negativo. Esta qualidade, denominada – polaridade –, é exclusiva do mundo dos valores; os seres são todos positivos; o ser negativo; o não-ser; o puro nada. Embora como verdade, o desvalor não elimina inteiramente o valor, mas apenas a sua positividade.

Assim, escreve N. Hartmann: existem no mundo a imperfeição, o mal, o desvalioso. Sem dúvida, o Mal existe. Ele não tem menos realidade do que o Bem e a perfeição.<sup>15</sup> Hessen acrescenta que negar a realidade do Mal ou considerá-lo um simples *ens privatum*, será o mesmo que fechar os olhos à evidência.

A escala axiológica comprova a irredutibilidade entre ser e valor. Teoricamente, construímos esta escala, que poderemos considerar fixa, em

<sup>12</sup> Cf. Coreth, E. (1988), pp. 261-262.

<sup>13</sup> Cf. Marquez, G. (1942), pp. 54-56.

<sup>14</sup> Cf. Hessen, J. (1944), pp. 59-62.

<sup>15</sup> Cf. *Ibidem*, p.80-81

determinado grau, será fundamentação exclusiva do sujeito e portanto “relativa”. Com efeito, por esta razão, Kuppe escreveu: toda a determinação do valor fundamenta-se no subjectivismo, isto é, na aprovação ou reprovação do sujeito.

### 3. Fundamentos axiológicos: significado e evolução.

3.1. Os valores bastam-se a si mesmos, afirmam alguns. Naturalmente, não se apoiam no ser, são não-seres, absolutos, eternos, necessários e valem porque valem. Existe o *valere* e o *desvalere*, que, na parábola do Bom Samaritano (Lc 10, 25-37), tem duas metáforas vivas: o “semi-morto”, como “desvalido no caminho” da dor e do sofrimento e, finalmente, o Samaritano que se “comove” e presta auxílio. Um representa o “valor” e o outro o “contra-valor”, respectivamente.

Os valores são activos e passivos, simultaneamente, sendo representados linguisticamente pela “voz média”. Teologicamente, pela parábola do *Homo Viator*, os valores fundamentam-se nos *rahamim* ou pela “comoção das vísceras”. Toda a conduta do Bom Samaritano foi de um Samaritano bom, porque reveladora de um comportamento axiológico e digno.

Fenomenologicamente, Scheler fundamenta o valor no próprio ser. Segundo a parábola do Desvalido no Caminho, os valores da conduta exemplar do Samaritano fundamentam-se na “comoção poiética”, determinante de nova forma axiológica poiética.<sup>16</sup> Se Scheler afirma que o valor se funda no ser é só porque requer necessariamente um portador, como o líquido exige um recipiente para se transportar. O valor está intrinsecamente no *esse*, como um corpo no lugar do qual se distingue realmente.

Segundo Hessen, que adequadamente impugna o subjectivismo puro e o relativismo, existe um reino supra e trans-individual de valores, que não pode ser apenas referido a um sujeito humano. Este pensador conclui pela necessidade de admitir um correlativo subjectivo de um tal mundo num sujeito supra e trans-individual, isto é, sobre-humano e supra-terreno. Estes valores terão de ser pensados e vividos por nós na forma de conteúdos mentais de um Espírito absoluto.<sup>17</sup>

O valor absoluto da parábola é o Pai misericordioso, daqui que deveríamos chamar parábola do Pai misericordioso no Desvalido do Caminho (Lc 10,25-37).

<sup>16</sup> Cf. Borges Meneses, R. D. (2005), pp.87-101.

<sup>17</sup> Cf. Hessen, J. (1944), pp.70-86.

Segundo os sequazes do subjectivismo, o fundamento ontológico do valor aparece ou manifesta-se num sujeito que deseja satisfazer um sentimento ou uma necessidade. Esta satisfação seria a essência do valor. Tal aparece metaforicamente, pela “fruição” dos salteadores, segundo a parábola do Desvalido no Caminho.

Com efeito, se determinada coisa é para mim, um *valere*, objectam outros axiologistas contra esta opinião, o sentimento colectivo vem aumentar ainda em mim esse valor. A origem ontológica do valor não é a sociedade, dado que o valor colectivo é um novo valor, que se vem juntar ao que eu já possuía. Evitam estas dificuldades os que, mais imbuídos do espírito de Kant, fundamentam o valor na “obrigação” (*Verbindlichkeit*), onde se fundamenta o “dever” (*Pflicht*). Qualquer acto humano será bom, então terá valor, se satisfizer uma obrigação. Segundo o idealismo transcendental de Kant, a “obediência” ao dever constitui o verdadeiro valor (*valere*).<sup>18</sup>

3.2. Como conhecemos os valores? *In genere*, os valores são a-lógicos, uma vez que incluem uma relação essencial, não ao entendimento, como o ser, mas ao sentimento. Para a sua apreensão não é necessário raciocinar, basta o sentir. Definem-se na “ordem do coração”, de que nos fala Pascal.

De acordo com a fenomenologia axiológica de Scheler, a apreensão dos valores, em harmonia com os princípios fenomenológicos e a faculdade de apreensão será o “sentimento”. Se o homem fosse só entendimento, então não conheceria os valores. O acto fundamental, correspondente a esta apreensão, é o sentir intencional, intuitivo e *a priori*. Os valores são qualidades, que se tornam presentes directamente no nosso sentir intencional. O *a priori* tem por objecto, não a coisa que existe fora do sujeito, mas unicamente o fenómeno ou vivência, que se apresenta na consciência pura.<sup>19</sup>

Scheler assinala o “sentir intencional” como um estado afectivo do sujeito. Logo, a objectividade do valor identifica-se com o “estado afectivo” e o conhecimento deles com o sentir deste estado afectivo.<sup>20</sup>

Hessen dá mais realce à actividade intelectual, apesar de a conservar ainda num estado secundário. Assim, opõe-se ao “sentir intencional” fenomenológico,

<sup>18</sup> Cf. Leguam, M. (2001), pp. 242-243.

<sup>19</sup> Cf. Scheler, M. (1941), pp. 36-38; 91-93.

<sup>20</sup> Cf. Scheler, M. (1966), pp. 262-266.



que Scheler apresenta como acto de nova faculdade, e admite uma intuição emocional semelhante à “ordem do coração”, como um misto de sentimento e de intelectualidade, com preponderância exagerada do sentimento, o que o leva também a certo alogicismo.

3.3. Se ser e valor se convertem, e se todo o ser vale e todo o valor existe, então é evidente, que a resposta tem de ser negativa.

O valor supõe uma tendência, pois amamos e buscamos o que vale e como podemos desejar e tender para aquilo que não existe? Será verdade que reconhecemos à amizade um valor, independentemente da sua realização actual, mas daqui não se segue que estes valores não sejam seres. Todo o ser tem valor, ou seja, todo o ser é bom; pois se é bom, é conveniente; se é conveniente pode aperfeiçoar e o que pode aperfeiçoar vale.

Que todo o ser é conveniente não o podemos negar, se consideramos que, para cada ser, é melhor existir, que não exista. A existência, pela qual está constituído, em determinado grau de perfeição, convém-lhe a ele um valor. Tudo o que existe ama a sua perfeição e emprega todos os esforços para a conservar.<sup>21</sup>

O valor não é mais que o próprio ser, enquanto diz relação a outro, que o pode apetecer. Também, o valor não prescinde do ser, pois, o valor é, necessariamente, o valor de alguma coisa, como a subida é subida do caminho. Será impossível conceber o valor (*valere*) sem o ser. Na ordem ontológica, nem o ser prima sobre o valor, nem o valor sobre o ser, visto que ambos se identificam.<sup>22</sup>

O valor das coisas é que se impõe e atrai a si o sujeito que apetece, de tal modo que este só não é arrastado necessariamente, porque o valor se lhe apresenta como imperfeito, e, portanto, outro pode ser preferido.

O Bom é, segundo S. Tomás de Aquino, o “ser”, enquanto apetecível: *bonum est aliquid in quantum appetibile est*.<sup>23</sup> Logo, a nota essencial do valor é ser apetecível, o que supõe necessariamente uma relação *ad aliquid*. O valor avalia-se pela relação do ser a determinado apetite, que actualmente deseja, e na medida em que deseja; por isso, o ser pode ter em si valor, sem ser actualmente um valor para mim, ou possuir um valor diferente daquele de que desfruta e um apetite determinado pode atender só a um aspecto da perfeição total do ser.

<sup>21</sup> Cf. Aquinatis, St. Th. (1985), *De Veritate*.I, q.42, a.,3.

<sup>22</sup> Cf. *Idem*,(1985), *Summa Theologiae*, I, quaest. 26, art. 2.

<sup>23</sup> Cf. *Ibidem* (1985),I, quaest. 5, art. 6, c.; I, quaest. 16, art. 4,2.

Naturalmente, o ser é desejado, por que vale – *bonum est in rebus* –.<sup>23</sup> O ser vale porque é desejado, dado que o ser tem ontologicamente valor fixo, independentemente do próprio desejo, pela colocação de determinado ser na escala dos valores, não é uma função subjectiva. Como o valor varia com a perfeição, o ser ocupará um degrau mais ou menos elevado, segundo for mais ou menos perfeito, isto é, segundo for mais ou menos ser.<sup>24</sup>

Como ser e valor se identificam, o valor será tanto mais elevado, quanto mais alto degrau ocupar na escala dos seres, quanto mais plenamente possuir o ser. As coisas criadas possuem mais ou menos plenamente o ser, conforme a livre determinação da vontade criadora é evidente que só em relação a Ela a colocação de determinado ser na escala dos valores é total e subjectiva *a priori*.

3.4. O verdadeiro fundamento tem de se buscar no próprio ser, visto que a perfeição existe nele, sendo o ser perfeito, pelo simples facto de existir e, portanto, não havendo distinção real entre perfeição e ser, o fundamento próximo do valor é o próprio ser. Vemos quanto difere esta opinião da de Scheler, para o qual o ser é apenas um fundamento, isto é, uma pura condição necessária do valor, que realmente se distingue do ser. Admitimos que o ser é o suporte do valor, enquanto concebemos o valor inerente ao ser; mas, na realidade, é inadmissível a distinção entre valor e fundamento.

Assim, a afirmação de que o ser vale *per se*, ou seja, não tem fundamento, é ainda mais insustentável, se atendermos a que todo o valor existe e tudo o que existe de um modo finito, não pode ter em si a sua autossuficiência. Hessen e alguns neo-cantistas de Baden que, dos valores contingentes, sobem até Deus, suprema realidade valiosa procedem illogicamente ao estabelecer uma relação essencial entre o valor que qualificam de irreal e um Ser transcendente, que apresentam como realidade infinita.

Aproximam-se da verdade M. Scheler e J. Hessen, bem como alguns neo-kantianos que, dos valores contingentes, sobem até Deus, suprema realidade valiosa. Contudo, quando se verifica uma relação essencial do valor, que se qualifica de irreal, e um Ser transcendente, que se apresenta como Realidade infinita, então surge um termo ilógico.

<sup>24</sup> Cf. *Ibidem* (1985), I, *quaest.* 5, *art.* 1, *ad* 3.

Para Deus ser causa dos valores tem de ser um valor infinito e para ser criador dos seres, temos de o compreender como ser Infinito. Mas, em Deus, ser e valor identificam-se, quer quanto ao existir, quer quanto à essência.

Os axiologistas, que assinalam para os valores um fundamento causal e infinito, têm que renunciar à distinção ontológica entre ser e valor.<sup>25</sup>

#### 4. Apreensão dos Valores: sentido e determinação.

Sendo aceite a distinção entre ser e valor, necessariamente teríamos de encontrar uma nova faculdade diferente do entendimento (*Verstand*) para apreender o valor. Uma vez identificada esta com um sentimento especial, a apreensão axiológica seria alógica. O sentimento afectivo não se rege pelas leis da lógica. Tudo isto porque o valor é ser e a faculdade do ser é o entendimento, que se rege pelas leis da lógica.

Para um melhor entendimento, observemos que, sendo o homem uno, não existem nele dois conhecimentos, nem dois sentimentos, um dos quais corresponderia ora à parte sensitiva, ora à intelectual. Na verdade, conhecimento e sentimento são essencialmente compostos pelo influxo de duas actividades realmente distintas, provenientes da entidade material e da espiritual.

Para apreender o ser como valor (*valere*), devemos buscar um especificativo que justifique a apreensão explícita do ser como “valor”.<sup>26</sup>

Analisando a apreensão axiológica, distinguimos três momentos, dos quais nenhum deles goza de prioridade temporal. Em primeiro lugar, a apreensão da realidade sensível, que se determina segundo o processo abstractivo, a que nos referimos, ao tratar da apreensão do ser como verdadeiro; em segundo, a vontade reage a esta apreensão, com a qual se satisfaz; em terceiro, por meio do entendimento conhecemos a satisfação da vontade ou sentimento agradável e, logo, temos a noção de valor. Não obstante a apreensão axiológica, não é constituída por três actos distintos, mas por um único acto, para o qual colaboram três actividades distintas, provenientes do princípio material, do entendimento e da vontade. Estas actividades estão unidas e são necessárias para o conhecimento do valor.

<sup>25</sup> Cf. Hessen, J. (1944), p. 322.

<sup>26</sup> Cf. Kozier, E. R. B. (1985), pp. 80-82.

Sem o sentimento originado pela realização do apetite volitivo, seria impossível apreender o ser como um valor (*valere*) e, sem a actividade intelectual, o próprio sentimento não seria sentimento, visto ser desconhecido.

O sentimento tem necessariamente de ser intelectualizado e a apreensão dos valores não é “a-lógica”. Enquanto, a satisfação do apetite ou sentimento é especificativo do ser como – *valere* –, justamente falamos de certa primazia deste, em ordem à apreensão dos valores. Como o sentimento é tanto mais elevado, quanto mais se afasta da matéria e se aproxima do Espírito, que é a parte mais nobre do homem, segue-se que os valores serão tanto mais elevados, quanto mais imateriais.

Os fenomenologistas afirmam-no, porque desprezando o poder abstractivo da *Verstand* (entendimento), e pretendem haurir a noção de valor dos fenómenos da consciência pura, o que os manteve nos limites do subjectivismo.

A noção de valor (*valere*), embora presente na consciência, é haurido do objecto extrínseco, que se manifesta como “valioso”, através da emoção sensível, será naturalmente *a posteriori*. Semelhante resposta, poderemos fornecer acerca do carácter intuitivo desta apreensão. Porém, esta intuição é apenas do valor, como se apresenta na consciência, ou seja, da própria actividade subjectiva, que tem por termo a ideia, pela qual atingimos o valor extrínseco do objecto.<sup>27</sup> Do valor extrínseco não temos uma verdadeira intuição, dado que não o atingimos como é em si, mas através do processo abstractivo. Porém, como o acto do nosso conhecimento termina no próprio valor extrínseco do objecto, conclui-se que não podemos falar adequadamente da intuição ontológica do valor.

## 5. A resposta ao Valor: pela fenomenologia axiológica.

5.1. Ortega Y Gasset afirma que o valor é o cariz que sobre o objecto projectam os sentimentos de agrado e de desagrado do sujeito, isto porque aquilo que nos agrada parece-nos bom, porque encontramos nele o carácter valioso da bondade. Daqui a importância que tem para alguém o valor. Este aspecto subjectivo remete para a objectividade, perante o sujeito que valora, perfila-se algo para o valioso.

Pelas características axiológicas, o objecto será sempre para o sujeito, dado que a objectividade dos valores será equivalente à subjectividade dos mesmos.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> Cf. Kant, I. (1981), pp. 74-75.

<sup>28</sup> Cf. Ortega y Gasset, J. (1943), pp. 863-882.

Segundo M. Scheler, a superioridade de um valor não estriba que seja preferido, mas em que seja preferível. Segundo este fenomenologista, vivemos sempre o abandono de um valor superior por outro inferior, como um envelhecimento ou uma debilidade. Será, pois, a característica essencial e primordial do valor mais alto e a característica mais alta, que é o valor absoluto.

Para M. Scheler, os valores não são, mas unicamente existem porque valem. O positivismo valioso deve existir e o negativismo valioso não deve existir. O filósofo da axiologia assinala variados critérios para diferenciar a categoria de um valor, como: duração (os valores inferiores são passageiros e os superiores são permanentes); divisibilidade (os bens materiais são divididos e distribuídos, os valores como a justiça, a paz, a ciência não se dividem); fundamentação: todos os valores possíveis radicam no valor de um espírito pessoal e infinito e de um universo de valores, do qual depende); profundidade da satisfação (aqui a satisfação refere o gozo espiritual, os valores mais elevados produzem uma satisfação mais profunda e intensa no coração do homem); grau de relatividade (os valores sensíveis guardam estreita relação com os sentidos, enquanto que os morais são independentes relativamente à nossa sensibilidade).<sup>29</sup>

Os valores, segundo a leitura de López Quintas, não podem ser delimitados e localizados de forma inequívoca, como sucede com os entes matemáticos. Assim, nesta perspectiva, o “valor” alude a relevância, importância, dignidade, excelência, poder configurador e capacidade de impulso lúdico. Mercê do valor, as realidades adquirem características que sobressaiem, ao nível das realidades objectivas, destacando-se das acessórias ao ostentar uma justificação interna. O valor confere a certos actos humanos o enlevo do acontecimento e conduz-se, por cima, dos factos vulgares, que podem não fazer história.

O valor *per se*, como diz Von Hildebrand, encarna o verdadeiro e o objectivamente importante. Se, *de facto*, o valor é encarnação do que é, em definitivo, importante, verdadeiro, válido, então não poderemos cair no reducionismo de sustentar que, sempre que uma pessoa está motivada, é, na realidade, um valor o que lhe interessa.

A pessoa que está dominada pelo orgulho e pela concupiscência não conhece outra fonte de motivação, outro ponto de vista por aquilo que assume o carácter de importante.<sup>30</sup>

<sup>29</sup> Cf. Scheler, M. (1966), pp. 127-148

<sup>30</sup> Cf. Von Hildebrand, D. (1929), pp. 16-48.

Nestes casos, o comportamento não se orientará exclusivamente até à medida subjectiva de um bem para eles mesmos, senão exclusivamente para a satisfação subjectiva. Naturalmente, enfrentamo-nos para um terceiro tipo fundamental de *bonum* distinto tanto do valor, quanto do subjectivamente satisfatório: o bem objectivo para a pessoa. A diferença existente entre o bem objectivo, para a pessoa e a importância intrínseca do valor (*valere*) ou do desvalor (*desvalere*), não se modifica pelo facto de que ambos se encontram num e mesmo acto, nem pela profunda e necessária conexão entre ambos, nem menospreza o sentido essencial.

A diferença entre o único subjectivamente satisfatório e o bem objectivo para a pessoa, depende da natureza da mesma, do valor ou da importância, não sendo equiparável à diferenciação entre um objecto, que possui, na realidade, algum tipo de importância e aquele que só aparentemente o possui.

A categoria da “importância”, a que chamamos de bem objectivo para a pessoa, prevalece, historicamente, no conceito de *bonum*, que de facto na realidade guarda uma relação secundária, relativamente ao valor.

O Bem objectivo, para a pessoa, pressupõe necessariamente o importante *per se*, isto é, o “valor” (*valere*).

Na nossa motivação, existem três categorias de importância essencialmente diversas. Trata-se de três razões possíveis que podem fundamentar a importância de um objecto. A grande diferença axiológica estriba-se em considerar o ponto de vista do valor ou daquilo que é subjectivamente satisfatório. O valor, o bem objectivo para a pessoa única e subjectivamente satisfatório, constituem três tipos diferentes de importância na nossa motivação. Para Von Hildebrand, constitui um erro identificar o valor (*valere*) com o fim (*finis*), isto é, com um ser que possui a característica de que é procurado por si mesmo, baseando-se em que ambos, o valor e o fim, se podem caracterizar como importantes em si mesmos. A clássica distinção definida por Aristóteles, na *Ética a Nicómaco*, retomada por S. Tomás de Aquino, alude ao *bonum honestum, bonum delectabile et bonum utile*.<sup>31</sup> Por aqui se vê que existe uma escala hierárquica dos meios, referida não só à dignidade dos fins, senão, também, à aptidão aos mesmos.

No momento de estabelecer a escala de eficácia ou gradação na aptidão dos meios intervêm, entre outros, a maior segurança, que brinda com facilidade para obter o fim querido e, também, a circunstância dos efeitos colaterais negativos.

<sup>31</sup> Cf. Aristote (1959), pp. 31-40.

Esta motivação imperfeita, que toca o anti-valor, implica uma cegueira para a importância objectiva própria de qualquer objecto e entranha, portanto, uma “falsificação do universo”. Fica claro que o carácter do bem objectivo para a pessoa não é só uma categoria da motivação humana, senão o bem objectivo que é a única característica do ser.

5.2. A bondade moral é o maior dos bens objectivos para a pessoa. Para compreender a relevância do bem objectivo, que é a bondade, exige-se a prévia apreensão do valor da bondade moral. Precisamente porque a bondade moral é um “valor” (*valere*) e possui-lo, constitui um bem objectivo para a pessoa. O valor é aqui o *principium*, enquanto que o carácter ou importância do bem objectivo é o *principiatum*, isto é, por implicar valores é um bem objectivo, para a pessoa.

Também, o valor é pressuposto ou *conditio sine qua non* de outro tipo fundamental de bens objectivos: a possessão e o gozo de bens, que nos proporcionam, uma felicidade genuína, tais como: conhecimento da verdade, a amizade, o conhecimento de uma personalidade esplendorosa, a contemplação da beleza da natureza ou da arte. Todos eles pressupõem o valor do bem, como a aptidão para proporcionar a felicidade.<sup>32</sup>

Exige-se, então, que o ser seja portador de um valor, para que seja capaz de converter-se num Bem objectivo para a pessoa. O carácter do bem objectivo funda-se no valor do objecto. Assim se passa com os bens objectivos superiores. Os bens elementares possuem um “valor indirecto”, como meios de uma parte da existência humana, a qual possui valor.

Perante o valor, nenhum bem objectivo será indiferente. Possui um valor positivo pela qualidade de “pró”, como dom para a pessoa humana. O valor, que possui a pessoa humana, determina que todo o ser, que tenha este carácter benévolo, seja um dom para a pessoa, que adquira precisamente, por ela, um valor indirecto. A qualidade do bem objectivo não radica no valor indirecto, porque é um bem objectivo. Esta propriedade é a fonte do seu valor indirecto. Naturalmente, parece que aqui está o *principiatum* e a importância do bem objectivo como *principium*.

A última fonte deste valor é evidentemente a pessoa humana. Também aqui a base última desta importância indirecta é um “valor” (*valere*).

<sup>32</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 57-60.

5.3. Na esfera dos valores, não só existe uma escala, como também uma “graduação hierárquica”, em virtude da qual podemos dizer que um valor é superior e outro inferior, ou, segundo o valor inerente, de um bem superior e do outro inferior. Esta ordem hierárquica é de tal relevância, que o aderir ou não aderir a ela, na – *ordo amoris* – será, segundo S. Agostinho, a fonte da moralidade.

Outro critério axiológico repousa sobre o sentido dos temas, daqui que seja possível falar de valores estéticos e intelectuais, morais, etc. Neste sentido, vemos como a humildade, pureza, justiça, prudência pertencem à mesma família dos valores morais, caracterizados pelo valor fundamental da bondade moral.

Cada um dos domínios de valor possui o seu tema fundamental. Assim, cada domínio possui a sua “própria hierarquia”.

Estas “hierarquias axiológicas” poderão ser *ascendentes* ou *descendentes*, como se observa pelo esquema anteriormente apresentado. Qualquer uma das formas possui “determinação axiológica”, porque evoluirá no agir e no ser.

Os mais significativos são os espirituais, que possuem graduação. Assim, a humildade é mais eminente do que a sinceridade, bem como a “profundidade espiritual”, relativamente ao engenho, porque a humildade *omnium virtutum mater*, segundo S. Agostinho..<sup>33</sup>

5.4. Perante o eminente valor de um ser pessoal, como tal, perante o valor ontológico da pessoa, a dignidade de um ser com alma espiritual, investido de razão e de livre vontade, não dúvida de que nos encontramos perante algo intrinsecamente importante.

Segundo Von Hildebrand, distinguimos entre valores ontológicos (valores de ser vivo, de ser homem ou de um anjo) e “valores qualitativos”. O típico expoente dos valores qualitativos são os “valores morais”, como valores positivos e com a contrapartida pelos desvalores ou “valores negativos”.

Não existe nenhuma antítese qualitativa de elevado valor do ser humano. O ser impessoal carente deste valor não possui um carácter negativo. Não existe a oposição contrária à pessoa, somente a sua contraditória e esta não existência não é, enquanto tal.

Segundo Von Hildebrand, outra nota distintiva será dada pela relação entre o valor e o ser, que o encarna. Os valores morais apresentam maior independência

<sup>33</sup> Cf. Augustin, St.(1985), p. 289.



relativamente ao seu portador, como o valor da pessoa, relativamente ao ser humano.

De modo diverso, o valor moral, por um lado, e o valor ontológico da pessoa são um reflexo de Deus. Os valores morais manifestam Deus de um modo específico, se são expressão do mesmo Deus, como reflexo mais íntimo da sua “infinita bondade”, como diz Von Hildebrand, surgem como “mensagem do alto”. O eminente valor ontológico da pessoa humana reflecte Deus não de um modo tão directo, como os valores morais quanto pela sua realidade. Neste sentido, o homem é *imago Dei*. Todos os valores, num ser criado, reflectem de modo específico Deus, que os reúne de modo eminente: “Nada é bom, sem Deus” (Lc 18, 19). No tocante aos valores ontológicos, trata-se de um reflexo exemplar, modelo ou paradigmático, que brilha e resplandece em todos os seres.

*Quoad se*, o valor ontológico pressupõe Deus, enquanto que *quoad nos* conduz-nos a Deus, como ponto de partida ou uma indicação ou ordenação para este Ser. Em síntese, o valor ontológico é um esplendor da infinita bondade ontológica de Deus.

Outra característica fundamental revela-se nas diversas atitudes, que o homem deveria adoptar perante o seu próprio valor ontológico e para os próprios valores qualitativos. A verdadeira humildade estende um véu sobre todos os valores qualitativos, que mostra a nossa própria pessoa, como *capax universi*.

Glossando Von Hildebrand, o valor ontológico de uma pessoa é próprio deste ser enquanto tal, uma vez que existe, tem um valor ontológico e é impossível que o perca. A existência do valor moral está garantida devido à existência da pessoa. A sua possível existência está em dependência de um acto da vontade livre.<sup>34</sup>

Porém, diante dos valores morais poderemos falar de graus e dizer que um homem é mais leal, mais justo do que outro, isto é, possui esta virtude em grau superior a outra. Com efeito, os valores ontológicos realizam-se mediante a existência de um ser humano. Nunca cessam. Os valores morais tornam-se reais, mediante as acções livres da pessoa, quando possuem uma virtude. Deixa de ser real, quando a pessoa perde tal expressão ontológica.

Naturalmente, expressa Von Hildebrand que o valor moral transcende o ser, que é o seu “portador”. O seu carácter transcendente possui, em virtude da sua própria essência e apresentam-se como excepcional mensagem de Algo superior a nós de Deus.

<sup>34</sup> Cf. Von Hildebrand, D. (1950), pp. 61-62.

5.5. Um conhecimento claro e profundo dos valores exige mais requisitos morais que qualquer outro tipo de conhecimento. No domínio dos valores morais, exige-se mais, não somente é necessária em maior medida a reverência e a abertura do nosso espírito, perante a voz do ser, um maior grau de conspiração com o objecto, requerendo-se, também, uma disponibilidade da nossa vontade para nos adaptar à exigência dos valores, quaisquer que sejam estes.

O decisivo, na conduta moral, são as disposições interiores: *si oculus tuus fuerit simplex, totum corpus tuum erit lucidum* (Mt 6, 22).

Do coração do homem brotam as obras que o enobrecem e elevam ou as que o degradam. Tanto o bem como o mal são originados da interioridade pessoal. As disposições interiores revelam-se por meio de seus frutos, que são as obras.

Trata-se, pois, da trágica ambiguidade do coração. O bem é a fonte do valor moral do nosso agir ou pode converter-se em cúmplice da injustiça. O coração, que é o centro dos valores, deve ser purificado. O coração puro faz fecundar a luz da inteligência. Onde está o teu tesouro, aí está o teu coração (Mt 6, 21). A direcção fundamental do coração leva consigo um compromisso total.

Assim, entende-se o coração como núcleo dinâmico da pessoa. O coração aparece e manifesta-se como o resumo, a fonte, a expressão e o fundo último dos pensamentos, das palavras e das acções. O homem vale, o que vale o seu coração. O coração não só sente, como sabe e entende, segundo Von Hildebrand.<sup>35</sup>

5.6. A essência da resposta ao valor, dado o seu papel proeminente na Ética, orienta o nosso interesse até à análise das respostas ao valor e as motivadas só pelo subjectivamente satisfatório. Existem certas respostas afectivas que, em razão da sua essência, estão motivadas exclusivamente pelos valores. Na verdade, também, existem respostas afectivas geradas por algo subjectivamente satisfatório ou insatisfatório.

Se a nossa atitude está determinada pelo importante em si, pelo valor, perante as habilidades brilhantes do nosso próximo, admirar-nos-íamos. Se a resposta é a inveja, o desejo de vingança, então o nosso egoísmo, orgulho ou concupiscência estão feridos, em definitivo, o nosso interesse pelo valor é pobre.

<sup>35</sup> Cf. *Ibidem*, pp.68-70.

Numa resposta motivada pelo subjectivamente satisfatório ao desejar-se somente o satisfatório não transcendemos a fronteira do nosso egoísmo, nem nos ligamos ao objectivamente importante. Estamos aprisionados pelo nosso próprio egoísmo.

Em resposta ao valor (*valere*), a fonte do nosso interesse, até ao objecto, fundamenta-se na sua intrínseca bondade, na sua beleza e eminente valor e na entranhável riqueza do importante em si mesmo. Esta intrínseca e luminosa importância axiológica exige que nos demos de um modo novo, exige uma transcendência, um ligar-se a algo maior do que nós próprios.<sup>36</sup>

A harmonia pelo valor, aquilo a que o nosso espírito se entrega em ordem ao bem objectivo implica uma oposição ao orgulho e a todo o tipo de egocentrismo.

Aprender um valor, estando consciente dele, reconhecer e compreender a sua importância intrínseca é uma participação única e relevante da pessoa no mundo dos valores.<sup>37</sup> Tal conhecimento constitui a base fundamental e indispensável para a moralidade. Este enfoque racionalista fora refutado pelo poeta Ovídio, no seu famoso verso: “vejo o melhor e aprovo, mas sigo o pior” e sobretudo, por S. Paulo, quando diz: “não faço o bem que quero, mas o mal que não quero” (Rom 7, 19).<sup>38</sup> A apreensão do valor não inclui uma recta direcção da vontade. O conhecimento seguro e irrefutável dos valores não faz um homem bom, não contém o elemento de entrega pessoal e a transcendência própria da resposta ao valor.

A participação nos valores pressupõe a união alcançada na compreensão do mesmo e implica algo de novo, em novo grau de união mais íntima, profunda e superior à do conhecimento.

5.7. Os valores afectam um domínio de receptividade específico, um plano mais íntimo da nossa alma, um centro qualitativo e nitidamente diferente do que entra em jogo no caso do subjectivamente satisfatório. Trata-se do centro de onde emerge o amor. Ao sermos afectados pelos valores, transcendemo-nos e elevamo-nos sobre nós mesmos. Diverso é o caso quando nos afecta o subjectivamente satisfatório.

<sup>36</sup> Cf. Von Hildebrand D. (1946), pp. 10-39.

<sup>37</sup> Cf. Dalt de Mangione, E. (2005), pp. 160-161.

<sup>38</sup> Cf. Aland K. *et al.* (1994), Rom 7, 1; p. 536.

A experiência específica de ser comovido pela a generosidade ou pureza de outra pessoa, será o facto de que o valor actua no coração de um modo mais íntimo, profundo e significativo, atravessando a crosta da minha indiferença e implica uma participação, um contacto novo e uma maior intimidade com o “valor” (*valere*).

O facto de que esperamos ser afectados por um valor determinado revela a maior intimidade da união alcançada, mediante este novo contacto e constitui a melhor disposição respeito ao influxo e profundidade de participação com o valor, que o alcançado mediante a simples apreensão, em boa medida da participação no mundo dos valores, que se materializa na resposta ao valor.<sup>39</sup>

A alegria e o amor são as vozes do nosso coração, nelas aderimos ao Bem com todo nosso coração e portanto, com o nosso mais íntimo núcleo. O amor, neste respeito, tem uma “prioridade” incomparável.<sup>40</sup> A essência específica do valor motiva-nos e determina a qualidade do conteúdo da resposta. O conteúdo qualitativo da resposta ao valor corresponde necessariamente à essência do domínio do valor, a que esse valor pertence.

O conteúdo da resposta ao valor, segundo Von Hildebrand, varia em função da qualidade e em função do domínio de valores a que pertence o valor, que nos motiva.<sup>41</sup>

Na resposta ao valor capta-se a realidade objectiva e a ligação ao valor reflecte-se na palavra interior com que respondemos a este bem. Von Hildebrand assinala a qualidade distinta e superior contida na admiração pelo martírio de Tomás Moro, mais do que a morte de Sócrates. O grau de afirmação da nossa resposta refere-se ao núcleo próprio da palavra interior, intencional e significativa, da “resposta axiológica”, que aqui se manifesta pela conexão necessária entre o valor e a palavra interior da resposta.

4.8. A palavra interior da resposta ao valor pela admiração e alegria, por exemplo, e o objecto dotado de valor, até aquele que se dirige a palavra guardam uma profunda e significativa relação. O objecto portador de um valor deve dar-se numa resposta positiva.

<sup>39</sup> Cf. Fragata J. (1946), pp. 40-41.

<sup>40</sup> Cf. Von Hildebrand, D. (1950), pp. 16-48.

<sup>41</sup> Cf. *Idem*, (1952), pp.242-244.

Todo o bem portador de um autêntico valor e todo o objecto tido como desvalor exigem uma resposta adequada. A dita adequação não só engloba a conformidade do carácter positivo ou negativo da essência do domínio do valor com a resposta conveniente, como também a correspondência entre o domínio do valor e a profundidade da resposta entre o domínio do valor e o grau da nossa afirmação. Esta conformidade com a hierarquia dos valores alude à *ordo amoris* agustiniana, como fundamento ontológico da ética.

Na apreciação de um objecto aparece um elemento axiológico referido à natureza do valor, não só na medida em que existe, também em quanto como é importante em si mesmo. Quando está em jogo o valor, o princípio geral que exige uma resposta adequada desliga-se, numa nova direcção, ao dirigir-se ao interrogante sobre a essência e existência de um objecto.<sup>42</sup>

Uma observação à nossa própria vida descobre-nos pela experiência de não poder permanecer indiferentes ou insensíveis frente ao valor de um objecto e isto determina maior capacidade para a resposta.

O engrandecimento do coração é o deleite da justiça. Isto é um dom de Deus, para que nos encontremos em seus preceitos, para que nos engrandeçamos na justiça e pela sua complacência, segundo S. Agostinho.

Toda a resposta ao valor está, em si mesma, dotada de valor e realiza a relação de exigência objectiva, a entrega de nós mesmos ao valor e participa do valor de modo único. Tudo isto outorga um valor ao próprio acto. Mas, este valor distingue-se do valor ao qual se responde. Qualquer resposta ao valor é *per se* portadora de um valor pessoal, mas tal não implica que toda a resposta esteja dotada de um valor moral.

Uma resposta adequada de entusiasmo por uma grande obra de arte não tem um valor estético, senão intelectual, isto é, a sensibilidade e a profundidade perante a beleza e o élan espiritual.<sup>43</sup>

Quando a resposta adequada ao valor seja *per se* portadora de um valor pessoal, não implica que toda a resposta ao valor esteja dotada de um valor moral. Toda a acção moralmente boa é uma “resposta axiológica”, muito embora esta relação não pareça recíproca.

<sup>42</sup> Cf. *Idem.*, (1933), pp. 10-49.

<sup>43</sup> Cf. *Idem.*, (1950), pp. 16-49.

5.9. Todo valor exige uma resposta adequada. Neste sentido, realiza-se um valor metafisicamente fundamental, quando se dá a resposta conveniente. Esta resposta constitui uma harmonia objectiva entre o valor e a resposta que encarna o valor. Uma resposta contrária ou a indiferença frente a um valor constitui uma desarmonia que encarna um desvalor. Será necessário elucidar a essência específica desta relação de exigência.

Perante uma resposta desarmoniosa, quando alguém se altera numa acção virtuosa de outra pessoa, podemos focalizar a tenção no mal objectivo e podemos considerar o conteúdo dessa atitude, que entranha essa resposta equivocada como tal e o prejuízo irreverente que revela.

A desarmonia objectiva, materializada nesta resposta inadequada, distingue-se destes dois aspectos assinalados. Quando a desarmonia objectiva desemboca numa resposta incorrecta, que tem a sua raiz num erro de que a pessoa, que emite não é responsável ou não tem consciência, focalizar a atenção nos desvalores intelectuais, sempre que manifestados na resposta errónea.<sup>44</sup>

## 6. Conclusão.

O valor é algo que é objecto de uma experiência, de uma vivência por parte do sujeito ou por parte da pessoa podemos ver o *valere* de uma personalidade, a beleza de uma paisagem e o carácter sagrado de um lugar. Estamos perante valores éticos, estéticos e religiosos. E a nossa vivência destes valores é um facto real, quando inserida naquilo a que poderemos chamar de “qualidades axiológicas”, de um *quale* dos objectos em questão: homem, paisagem ou lugares. É este *quale* que constitui o carácter e desperta em nós o sentimento respectivo ou a referida vivência.

Para M. Scheler, existe uma relação íntima entre valor e “deve-ser”, onde todo o “deve-ser” se apresenta como valor. Este “deve-ser” é distinguido de duas formas: uma ideal e outra normativa.

O “deve-ser” vive-se num valor por nós contemplado, no aspecto da sua relação com um possível ser real. Será, neste sentido, que podemos falar de um “dever ser ideal” (*ideales sollen*). Mas a este, contrapõe-se outro “dever-ser” por nós contemplado, dentro de uma outra relação: a que se estabelece entre ele, no

<sup>44</sup> Cf. Scheler, M. (1966), pp. 173-239.

seu conteúdo e um certo querer que se propõe realizar esse conteúdo, o dever ser da obrigação (*pflichsolen*).

Scheler é, portanto, da opinião que o “dever ser” ideal pertence à essência dos valores, quando estes são contemplados na relação com uma possível realidade. O “dever ser” ideal tem o seu fundamento na relação entre o valor e a realidade. Assim, os valores, quando contemplados em si, não contêm o momento do dever ou obrigação. Todo o “dever-ser” está associado à esfera da existência ou não-existência dos valores.<sup>45</sup>

Como todos os valores se referem a um sujeito, poderemos classificar estes em duas classes fundamentais: valores sensíveis e valores espirituais. Os primeiros referem-se ao homem como simples ser da natureza. Os segundos são para o homem como um “ser espiritual”. A pessoa surge como unidade de ser, concreta e essencial de actos. Significa, que, para M. Scheler, a pessoa não é um simples conjunto de actos, que se unificam num centro comum, como os raios de luz convergem num só ponto. Assim, em M. Scheler, a pessoa é uma unidade concreta, isto é, possui uma identidade, considerada por Scheler como primeiro valor. Numa palavra, possui auto-consciência do ser pessoa, como realidade prioritária, significando que, por um lado, o homem se diferencia dos outros seres animais e, por outro, se relaciona com o mundo.

Segundo M. Scheler, não basta, para ser pessoa, *auf dem Rücken*, ter a capacidade de pensar nem a capacidade de pensamento reflexivo sobre si mesmo, mas significa muito mais: a autoconsciência. Só se é pessoa, quando esta integra todas as classes possíveis de consciência: a cognitiva, a volitiva, a sentimental, a do amor e do ódio. Significa que a autoconsciência é sinónimo de identidade, quando compreende todas as virtualidades da pessoa.

A pessoa, segundo Scheler, é acto unificado, como acto, essencialmente, de natureza unificada num caminho concreto particular. Os actos são as pessoas. Se um acto não pode ser um objecto, então a pessoa, que vive na execução de actos, *a fortiori*, nunca poderá ser um objecto.<sup>46</sup>

Os valores são qualidades autênticas e verdadeiras *a priori*, não são aparentes nem falsas, mas sim objectivas, independentemente dos bens e dos fins. São *a priori*, porque nos indica que não são fruto da experiência indutiva, ou seja, designa aquelas unidades significativas e ideais, que são dadas, por si mesmas,

<sup>45</sup> Cf. Hessen, J. (2001), pp. 188-189.

<sup>46</sup> Cf. Spader, P. H. (2002), pp. 104-105.

em virtude do conteúdo de uma intuição imediata. Significa que o ser dos valores é independente das variações e transformações da existência dos bens, não se podendo conceber os fins de uma acção moral, separadamente dos valores a serem realizados.

O valor da pessoa coloca-se por M. Scheler, pelo grau supremo da hierarquia axiológica, no vértice da pirâmide, local onde convergem todas as arestas, que ascendem progressivamente até ele. Naturalmente, a pessoa é o “autovalor”, como o fornecedor de referência de todo e qualquer valor infra-humano.

Pelo carácter dinâmico que M. Scheler reconhece na pessoa, não só a reduz a um conjunto de actos, mas explicita, de forma clara, o “valor da identidade”, conforme aquele que ele mantém sobre a autoconsciência da pessoa. A pessoa adquire, maior sentido de identidade, na medida em que sai de si mesma. Para M. Scheler, ela surge do valor da própria identidade do homem. O valor do núcleo da pessoa é objecto da participação activa do homem. A aplicação do valor às ciências, além de ser causa do esclarecimento de muitos pontos obscuros, dirigiu-as para um fim mais prático, afastando-se assim o perigo do intelectualismo exagerado, tendente a manter-se em especulações estéreis.

Com razão se salienta a relação do valor ao sujeito, pois o valor aperfeiçoa o sujeito como *bonum est perfectivum subiecti*. Deste modo, originaram-se novas impulsões de realização e aperfeiçoamento, pois o homem, dotado de uma vontade que necessariamente abraça o Bem, tende espontaneamente para aquilo que participa do Bem, ou seja, que se lhe apresenta como valor.

Sem as bases ontológicas, que constituem o fundamento da verdadeira filosofia, a teoria dos valores não pode manter-se. A sua pujança, que ao princípio parecia avassaladora, depressa esmoreceu, de tal modo que esta corrente filosófica, quase se extinguiu. A filosofia dos valores será sempre um marco do pensamento filosófico. Outras ideias, das quais fará parte a “filosofia dos valores”, dominam hoje o pensamento crítico. Mas, que dizer do valor que oscila, quanto ao fundamento, entre uma “aretologia axiológica”, seguindo um caminho ético, e uma “axiologia ontológica”, dominada pela interpretação metafísica do Bem.



## BIBLIOGRAFIA

KANT, I. – *Kritik der praktischen Vernunft*, in: *Gesammelte Schriften*, Band V, Berlin, Verlag von G. Reimer, (1911).

SCHELER, M. – *Der Formalismus in der Ethik*, Berlin, Francke-Verlag, (1966).

HESSEN, J. – *Filosofia dos Valores*, tradução do alemão por L. Cabral da Moncada, Coimbra, Gráfica de Coimbra, (1944).

ORTEGA y GASSET, J. – *Obras Completas*, Madrid, Revista do Ocidente, (1943).

HARTMANN, N. – *Grundlegung der Ontologie*, Berlin, Weltkultur Anton Hain, (1948).

PARREIRA BRUGES, M. L. – “O Homem e os valores”, in: *Enfermagem Oncológica*, 30/31 (2004).

FRAGATA, J. – “Filosofia do Valor”, in: *Revista Portuguesa de Filosofia*, II, nº 1 (1946).

RIBOT, C. – *Logique des sentiments*, Paris, Presses Universitaires de France, (s/d).

DONAT, J. – *Ontologia*, Innsbruck, Apud Aedes Universitatis, (1921).

CORETH, E. – *O que é o Homem? Elementos para uma Antropologia Filosófica*, tradução do alemão por Maria de Lourdes Stiegeler, Lisboa, Verbo, (1988).

MARQUEZ, G. S. J. – “Crítica de la Filosofia de los Valores”, in: *Razón y Fé*, (1942).

BORGES DE MENESES, R. D. – “Do Desvalido ao Samaritano”, in: *Eborensia*, 27, (2005).

LEGUAM, M. – *La philosophie morale de Kant*, Paris, Éditions du Seuil, (2001).

SCHELER, M. – *Ética*, traducido del alemán por H. R. Sanz, tomo I, Madrid, Revista do Ocidente, (1941).

AQUINATIS, St.Th.– *Opera Omnia, De Veritate*, IV, Frommann-Verlag, Stuttgart, (1985).

*Idem* – *Opera Omnia, Summa Theologiae*, I, (1985).

KOZIER, E. R. B. – “Valeurs, Ethique et Infirmières”, in: *Documents pour l'enseignement de l'éthique*, 27/28 (1985).

KANT, I. – *Schriften zur Ethik und Religions Philosophie*, Band II, Darmstadt, W. Buchgesellschaft, (1981).

VON HILDEBRAND, D. – *Die Ehe*, Muenchen, Verlag Ars Sacra, (1929).

ARISTOTE – *Éthique a Nicomaque*, nouvelle traduction avec introduction, notes et index par J. Tricot, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, (1959).

AUGUSTIN, St. – *Obras completas*, XXVI, traducción, notas e índices de Pio de Luis, Madrid, B.A.C.,(1985).

VON HILDEBRAND, D. – *Fundamental Moral Atitudes*, translated from the german by A. N. Jourdans, London, Longmans, (1950).

VON HILDEBRAND, D. – *Die Menschheit am Scheideweg*, herausgechen bon K. Merteus, Regensburg, Verlag Josy Habel, (1946).

DALT DE MANGIONE, E. – “Conocimiento y respuesta al valor. Enfoque fenomenologico axiológico”, in: *Sapientia*, 60 ,(2000).

ALAND, K. *et al.* – *The Greek New Testament*, Stuttgart, Deutsche Bibelgesellschaft, (1994).

FRAGATA, J. – “Filosofia dos Valores”, in: *Revista Portuguesa de Filosofia*, 2 (1946).

VON HILDEBRAND, D. – *Die Umgestaltung in Christus*, Einsiedeln, Verlag Benziger, (1950).

VON HILDEBRAND, D. – *Christian Ethics*, translet D. Mc Key, New York, Deutschen Ausgabe in Vorbereitung, (1952).

VON HILDEBRAND, D. – *Liturgie und Persoenlichkeit*, Salzburg, Verlag Anton (1933).

VON HILDEBRAND, D. – *Reinheit und Jungfraeulichkeit*, Einsiedeln, Verlag Benziger, (1950).

HESSEN, J. – *Filosofia dos Valores*, tradução do Prof. Cabral da Moncada, Coimbra, Edição Almedina, (2001).

SPADER, P. H. – *Scheler's Ethical Personalism, its logic, development, and promise*, New York, Fordham University Press, (2002).